



30/01/2017 - Instituto Telecom

Oi: Nova proposta de acordo reduz dívidas para R\$ 10 bilhões

Em comunicado ao mercado nesta segunda, 30/1, a Oi informa que uma nova versão do plano de recuperação da operadora, a ser apresentado esta semana, tenta encolher o endividamento com os credores privados para R\$ 10 bilhões – um corte de 70% nos cerca de R\$ 35 bilhões que eles representam. Pela proposta, o valor, ou pelo menos parte dele, poderia ser transformado imediatamente em ações da empresa.

“A administração vem se reunindo regularmente com credores, demais stakeholders da Companhia e potenciais investidores com vistas a reunir impressões, comentários e sugestões de melhoria ao plano de recuperação judicial”, reconhece a Oi no Comunicado. E explica:

“Nestas conversas, uma das alternativas preliminares suscitadas seria a entrega imediata de ações (equity) aos credores, em condições que ainda não foram definidas, assim como tem sido abordados ajustes preliminares na oferta para os demais credores. Como referência meramente preliminar do valor do total de créditos destes credores, usa-se o valor de mercado de aproximadamente R\$ 10 bilhões, tendo

em vista o valor de mercado dos títulos e considerando o valor da empresa após a reestruturação da sua dívida.”

Em princípio, a nova proposta converteria R\$ 5 bilhões em ações da Oi, mas como indica no documento enviado à CVM, “em condições ainda não definidas”, ou seja, não está claro qual a fatia da empresa que seria transferida aos credores nessa nova tratativa. Na Bolsa de Valores, a Oi vale atualmente cerca de R\$ 2,3 bilhões.

Indagada pela CVM sobre o sobe desce de suas ações, e especialmente nos últimos dias – na sexta, 27/1, a variação foi de 19,3%, com um volume de negócios dez vezes superior ao início deste mesmo janeiro – a empresa associa a especulação a notícias sobre as negociações em curso.

“Nos últimos dias foram veiculadas notícias especulando sobre potenciais alterações ao plano de recuperação judicial (...) Contrariamente às especulações, não há, até esta data, decisão definitiva com relação a qualquer alteração no plano de recuperação”, respondeu a Oi.

Luís Osvaldo Grossmann, Convergência Digital, 30 de janeiro de 2017

30/01/2017 - Instituto Telecom

Setor de telecom e tecnologia da informação crescerá 2,5% este ano, prevê IDC

O setor de tecnologia da informação e telecomunicações (TIC) deve crescer 2,5% no Brasil este ano, de acordo com previsão da IDC. Embora o País ainda esteja em recessão, a necessidade de as empresas adotarem a chamada “transformação digital” puxará esse crescimento, na contramão da economia nacional. O segmento de tecnologia da informação especificamente crescerá 5,7%, enquanto telecom ficará quase estagnado, com aumento de apenas 0,4%.

As vendas de smartphones, que caíram em 2016, vão voltar a subir este ano, com

crescimento previsto de 3,5%, de acordo com a IDC. Boa parte será proveniente da troca de aparelhos: a consultoria estima que 37% da base nacional foi adquirida antes de 2015, e o tempo médio de troca de um telefone celular é de dois anos. A expectativa da IDC é de que o Brasil encerre o ano com 108 milhões de linhas móveis em terminais 4G. Ao fim de dezembro passado eram 60,1 milhões, segundo dados da Anatel.

Mobile Time, 26 de janeiro de 2017

30/01/2017 - Instituto Telecom

Nossa Opinião: PLC 79 - de volta ao passado

Um retrocesso com cheiro de mofo, do que não deu certo no passado e que acentuará a exclusão digital no Brasil. Esse é o PLC 79, que só beneficiará a Oi, Vivo e Claro.

Se fosse possível entrar numa máquina do tempo e retroceder ao final da década de 1960 o cenário no Brasil seria o seguinte: mais de 1000 companhias de telecomunicações operando em todo território nacional, sem qualquer compatibilidade tecnológica e a capacidade de interligação. Os serviços prestados à população eram péssimos e assim permaneceram enquanto ficaram sob o controle estrangeiro. O sistema, privado, não conseguia garantir o acesso universal ao serviço e havia apenas um telefone por 100 habitantes.

A partir de 1972, com a criação da Telebrás, a situação mudou radicalmente. O Sistema Telebrás conseguiu reduzir a dependência de importações, de custos de produção e instalação, da absorção de tecnologias estrangeiras e a transferência para indústrias brasileiras. O Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Tele-

brás (CPqD) – o único centro desse tipo construído fora da Europa, Japão e EUA- gerou, absorveu e transferiu tecnologia, possibilitando, às indústrias locais, desenvolvimento tecnológico e a fabricação de produtos que era utilizados pelo Sistema Telebrás. Em 1996, as ações da estatal representaram 64,87% do volume financeiro negociado na Bolsa de São Paulo.

Ao ser privatizada, em 1998, a Telebrás era a maior operadora da América Latina e correspondia a 2% da planta telefônica mundial. Para viabilizar a entrega do patrimônio público aos grupos privados, o governo FHC realizou uma recuperação tarifária com reajustes de mais de 2.500%, entre 1995 e 1997. A tarifa básica saiu de apenas 61 centavos para mais de R\$ 13. Este modelo, que não tinha paradigma no mundo, levou a que as três irmãs concentrassem em suas mãos todos os serviços de telecomunicações: cerca de 60% dos telefones fixos, mais de 80% da banda larga fixa e cerca de 75% dos celulares do país. Quase 20 anos depois o resultado é uma banda larga lenta, cara e concentrada

nas regiões mais ricas. As operadoras são campeãs em reclamações em todos os Procons. Um verdadeiro caos.

Por outro lado, este modelo incluía um instrumento que as concessionárias nunca gostaram: os contratos de concessão, impondo metas de universalização e de qualidade a serem cumpridas na telefonia fixa, apenas. Por causa dessas obrigações a telefonia fixa é o único serviço presente em todos os municípios brasileiros. É exatamente com o que o PLC 79/16 quer acabar, os contratos de concessões.

Chegamos a 2017 e as concessionárias, junto com a Anatel e o governo golpista, querem que retornemos à década de 60. Com um detalhe: agora não serão milhares de operadoras, mas apenas três, e que serão beneficiadas com dinheiro público. Haverá maior concentração dos serviços nas mãos delas, com aumento dos preços, piora da qualidade dos serviços e aprofundamento da exclusão digital.

Este é o cenário se o PLC 79/16, que dá R\$100 bilhões às três irmãs, for aprovado.

02/02/2017 - Telesíntese

Conselho da Oi aprova conversão de dívida em ações e recusa oferta de egípcio

A Oi divulgou ontem, 1, à noite comunicado ao mercado informando que o seu Conselho de Administração aprovou a proposta que está sendo formulada pela diretoria, de converter parte de sua dívida externa, com os bondholders, em ações. O comunicado não diz, mas fontes da empresa informaram que também foi rejeitada a oferta do bilionário egípcio, Naguib Sawiris, por ser insuficiente, e também porque os acionistas controladores entendem que agora é o momento de primeiro reorganizar a companhia.

A Oi divulgou ontem, 1, à noite comunicado ao mercado informando que o seu Conselho de Administração aprovou a proposta que está sendo formulada pela diretoria, de converter parte de sua dívida externa, com os bondholders, em ações. O comunicado não diz, mas fontes da empresa informaram que também foi rejeitada a oferta do bilionário egípcio, Naguib Sawiris, por ser insuficiente, e também porque os acionistas controladores entendem que agora é o momento de primeiro reorganizar a companhia.

Conforme informações já publicadas, a concessionária trabalha com a hipótese de converter parte da dívida junto aos bondholders em ações. A sua dívida externa, no valor de R\$ 33 bilhões, teria um deságio de 70%. Dos R\$ 10 bilhões a serem pagos, a proposta da operadora é converter R\$ 5 bilhões em ações e o restante, pagar em longo prazo.

Com os bancos comerciais brasileiro – os principais credores são os estatais BB

e Caixa – a proposta é cortar a dívida um pouco menos do que a metade – de R\$ 12,5 bilhões, para R\$ 7,5 bilhões.

Conforme o jornal O Globo, na mesma reunião de ontem a consultoria contratada, Laplace, apresentou estudo com diferentes cenários ao pagamento dos bondholders, nos quais eles poderiam ficar, no final, com 32% a 60% do capital. A empresa estimou um potencial de valor econômico de R\$ 28,779 bilhões, já com as mudanças na LGT.

Outras propostas

Conforme fontes, o Conselho da Oi não avaliou ontem qualquer outra proposta além dessas duas. O Fundo Elliot, que estaria estudando uma oferta de R\$ 9,2 bilhões, não formalizou ainda a oferta. Já o fundo Cerberus, que pretende investir cerca de R\$ 7 bilhões (US\$ 2 bilhões) na operadora brasileira, entregou a sua oferta ao juiz Fernando Viana, da 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro.

1 de fevereiro de 2017 - Altamiro Borges

O mistério nos sorteios do STF

O sorteio para escolha do sucessor de Teori Zavaski como relator da Lava Jato pode ser uma boa oportunidade para o STF esclarecer o método empregado para a distribuição de casos na corte.

Explico. Não há a menor dúvida de que o sorteio é feito eletronicamente, por um programa de computador, no qual todos os ministros têm chances iguais de serem concorridos.

A pergunta é se a escolha é 100% aleatória, como num bilhete de loteria. Ou se entram em conta outros fatores.

Em conversas reservadas com fontes familiarizadas com os bastidores do STF, circula a versão de que outro fator também é levado em consideração - a agenda de casos acumulados por cada ministro no momento do sorteio.

Assim, os ministros que têm mais tempo para se dedicar ao novo trabalho têm mais chance de serem escolhidos.

Foi assim que Gilmar Mendes acabou sendo escolhido para ocupar uma vaga no TSE, em 2014, onde assumiu a responsabilidade de relator das contas de Dilma, com aquele desempenho que todos conhecem. Até então, esta função estava a cargo de Henrique Neves, ministro considerado politicamente neutro. Transcrevo, aqui, alguns parágrafos da página 25 de meu livro "A Outra História da Lava Jato," que se inicia no momento em que expirava o mandato de Henrique Neves:

"Expirou o mandato do relator original das contas de Dilma. Como presidente da República, ela poderia valer-se das prerrogativas para definir o substituto de sua es-



colha. (Poderia até manter Henrique Neves no posto, se quisesse). Na verdade, o Planalto chegou a ser informado com relativa antecedência de que seria conveniente fazer logo a indicação do substituto. Caso a vaga fosse deixada para sorteio do plenário do STF, eram grandes as chances, justamente, de Gilmar acabar escolhido."

Aqui, o trecho explicativo: "Embora sejam definidas por computador, as escolhas são ponderadas por outros critérios - como a carga de trabalho de cada um - que afunilam as possibilidades de cada ministro, o que permitira perceber que Gilmar era o

grande favorito para a vaga."

A seguir, minha conclusão: "Numa dessas pequenas tragédias que geram grandes problemas, o Planalto acabou permitindo que o inimigo entrasse em casa."

A questão, aqui, não envolve a idoneidade do sorteio nem qualquer outra questão suspeita.

Mas diz respeito ao caráter puramente aleatório - ou não - da escolha.

O fator carga de trabalho pode ser um critério razoável, com justificativas compreensíveis, numa corte onde os gabinetes vivem entulhados de casos a espera de uma sentença. Não vejo nada de errado, em si.

Resta o fato de que torna possível prever quem, entre os dez integrantes do STF, tem mais chances de ser escolhido para assumir determinado caso.

Em se tratando da Lava Jato, trata-se de uma informação particularmente explosiva, vamos combinar

1 de fevereiro de 2017 - Vermelho

Daniel Almeida: Oposição a Temer é maior do que eleição da Câmara

À frente da Bancada Comunista, o deputado Daniel Almeida (BA) conta como o PCdoB decidiu apoiar o deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ) para a Presidência da Câmara em 2017 e 2018. O parlamentar destaca que não há “ilusão” em relação ao perfil de Maia. Há a avaliação de que a permanência dele na Mesa amplia a possibilidade de haver mais respeito às minorias e ao Regimento.

Líder comunista concede entrevista ao PCdoB na Câmara

Líder comunista concede entrevista ao PCdoB na Câmara

“Neste momento delicado, pequenas conquistas podem favorecer muito a capacidade de resistência. Estamos numa fase de derrotas. O retorno dos atropelos e artimanhas do Centrão e de Cunha seriam uma tragédia para o Parlamento e a democracia brasileira”, afirma Daniel Almeida sobre a candidatura de Jovair Arantes (PTB-GO). A seguir, leia os principais trechos da entrevista concedida ao PCdoB na Câmara nesta quarta-feira:

Qual será a posição da Bancada Comunista na eleição para a Presidência da Câmara?

O PCdoB e sua Bancada tomaram a decisão de apoiar a candidatura do deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ) para a Presidência da Câmara. Foi uma decisão amplamente debatida e refletida na direção do partido, nos fóruns partidários e na Bancada. Leva em conta o momento político que estamos vivendo e a necessidade de resgatar o papel do Poder Legislativo na democracia, que está muito fragilizado.

O que o Partido pesou nesta decisão?

É indispensável que esse esforço de resgate se dê reconhecendo a necessidade de cumprir os ritos, o Regimento da Casa, respeitando as minorias. Não pode haver atropelos, como foi a prática do período anterior [gestão Eduardo Cunha]. As matérias devem ser debatidas no tempo necessário com as portas da Câmara abertas para acompanhamento e participação popular.

O que está em jogo nesta disputa?

Nesta eleição, não está em jogo marcar posição, nem fazer a disputa entre esquerda e direita. Não é uma disputa entre golpistas e não golpistas. O próprio PT apoiou para presidente do Senado um nome do PMDB que foi favorável ao impeachment da presidenta Dilma Rousseff. O Parlamento é composto por todas as forças que o eleitor, por meio do voto, coloca aqui. A direção do Parlamento deve refletir este conjunto de forças. Os debates devem ser feitos respeitando a diversidade dessas forças políticas.

Por que Maia oferece melhores condições de resistência ao governo Temer?

Há um compromisso de funcionamento da Mesa da Câmara e do exercício da Presidência, com base no respeito às minorias, ao debate e ao Regimento da Casa. Esse compromisso já foi praticado nestes meses em que Rodrigo Maia esteve à frente da Câmara. Há, sem dúvida, diferença entre a posição política que ele adota e o



papel de presidente.

A Bancada do PCdoB se mantém firme no combate ao presidente ilegítimo Michel Temer?

Não haverá nenhuma mudança em relação à nossa posição política. Continuaremos contundentes na oposição ao governo, na defesa da retomada da legitimidade do voto popular por meio da eleição direta. Não faremos nenhuma concessão na resistência à agenda que o governo tem encaminhado ao Legislativo. Lutaremos ainda mais contra a Reforma da Previdência e Trabalhista.

Qual é o objetivo do bloco PT-PDT-PCdoB, formalizado nesta quarta-

feira?

O objetivo é continuarmos juntos nesta resistência à agenda golpista na Câmara. Este é o tema que está acima da disputa pela Presidência da Câmara. Esse bloco demonstra essa forte articulação de oposição a Temer.

Se o PCdoB escolhesse outra candidatura, iria inviabilizar a resistência ao rolo compressor dos golpistas?

Fazer o debate nesta Casa com o atropelo das votações, como ocorreu no passado, dificulta muito a capacidade de resistência das ruas, da sociedade civil organizada e das instituições. No rolo compressor, isso é pautado e votado sem debate. Firmamos o compromisso com o candidato Rodrigo Maia de que isso não acontecerá. Fica mais favorecida a luta, quando se abre as portas do Parlamento para a discussão das matérias no tempo necessário. Manter o caráter plural do Legislativo é fundamental.

A pulverização de candidaturas beneficia o candidato de Cunha, o deputado Jovair Arantes (PTB-GO)?

A candidatura de Maia alcançou uma amplitude grande como alternativa, mas o Centrão continua vivo. Eduardo Cunha continua ativo para tentar impedir que esse caminho que a Câmara quer percorrer continue. Temos de estar atentos. Mesmo na prisão, temos a confirmação da ação de Cunha. A candidatura de Jovair representa esta busca da rearticulação do Centrão. A pulverização de candidaturas acaba servindo a esse objetivo ao estimular um segundo turno. Isso aumenta o volume de barganhas e chantagens que temos de sepultar nesta Casa.

O que significa uma vitória do chamado Centrão?

Não podemos aceitar que Cunha continue tendo um representante seu sentado à Mesa da Câmara. Não temos ilusão sobre o perfil de Maia, mas, neste momento delicado, pequenas conquistas podem favorecer muito a capacidade de resistência. Estamos numa fase de derrotas e de fragmentação nos movimentos. O retorno dos atropelos e artimanhas do Centrão e de Cunha seriam uma tragédia para o Parlamento e a democracia brasileira.

Sonegação de impostos é sete vezes maior que a corrupção

Deixa-se de recolher 500 bilhões de reais por ano aos cofres públicos no País, ao passo que o custo anual médio da corrupção no Brasil, em valores de 2013, corresponde a 67 bilhões anuais

Nenhum assunto rivaliza com as notícias sobre corrupção na cobertura e no destaque dados pela mídia, um sinal da importância devidamente atribuída ao problema pelos cidadãos. Males de proporções maiores, porém, continuam na sombra. A sonegação de impostos, por exemplo, tem sete vezes o tamanho da corrupção, mas recebe atenção mínima da sociedade e do noticiário.

Deixa-se de recolher 500 bilhões de reais por ano aos cofres públicos no País, calcula o presidente do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional, Heráclio Camargo. O custo anual médio da corrupção no Brasil, em valores de 2013, corresponde a 67 bilhões anuais, informa José Ricardo Roriz Coelho, diretor-titular do Departamento de Competitividade e Tecnologia Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, com base em cálculos recentes.

Para alertar a sociedade da importância de se combater a sonegação, Camargo, inaugurou na quarta-feira 18, em Brasília, um sonômetro e uma instalação denominada lavanderia Brasil. Na inauguração, o medidor mostrava um total sonegado de 105 bilhões desde janeiro, dos quais 80 bilhões escoados por meio de operações de lavagem ou manipulação de recursos de origem ilegal para retornarem à economia formal com aparência lícita.

Em um exemplo citado pelo Sindicato, um comerciante simula a compra de 50 milhões de litros de combustível, adquire só 10 milhões de litros físicos e obtém, mediante pagamento, notas fiscais falsas no valor de 40 milhões. Ele negociou de fato só aqueles 10 milhões, mas trouxe para a economia formal os 40 milhões de origem ilícita por meio desse mecanismo de lavagem, sem recolher os impostos devidos. Tanto a parcela superfaturada, os recursos de propinas, tráfico de drogas, de armas e de pessoas, contrabando, falsificações, corrupção e renda sonegada precisam retornar à economia com aparência de origem lícita, para as atividades criminosas prosseguirem.

A livre atuação no Brasil das empresas off shores, ou registradas em paraísos fiscais, agrava a sonegação. Há laços fortes do País com esses redutos de burla dos fiscos dos estados nacionais, na prática nossos grandes parceiros comerciais. A principal razão é o tratamento preferencial dado ao capital externo, subtaxado quando da sua remessa de lucros ao exterior, afirma-se no site Tax Justice Network.

"Todos os países que não taxam ganhos de capital, ou o fazem com base em alíquota inferior a 20% são considerados paraísos fiscais no Brasil. Ironicamente, esse país tem diversas situações de ganhos de capital taxados em menos de 20%." Não é bem assim, explica a Receita Federal. "A definição de paraíso fiscal na legislação brasileira não leva em conta apenas a tributação de ganhos de capital, mas sim a tributação da renda. A tributação da renda das pessoas físicas é de 27,5% e das pessoas jurídicas é de 25% de imposto de renda, mais 9% de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido." Mas a taxação de ganhos de capital, "em regra de 15%", é baixa em termos mundiais e o trânsito do dinheiro é facilitado pela parceria comercial com os paraísos fiscais.

Pessoas físicas recorrem também aos paraísos fiscais para não pagar impostos sobre os seus ganhos, lícitos ou não. No caso das 8.667 contas de brasileiros descobertas no HSBC da Suíça (4.º maior número de correntistas no mundo), Camargo vê "com certeza indícios de conexão com paraíso fiscal, porque essas contas eram secretas, só vazaram porque um ex-funcionário do HSBC divulgou a sua existência.



Há indícios a serem investigados pelas autoridades brasileiras, de evasão de divisas e crime de sonegação fiscal."

Os impostos mais sonegados são o INSS, o ICMS, o imposto de renda e as contribuições sociais pagas com base nas declarações das empresas. Os impostos indiretos, embutidos nos produtos e serviços, e o Imposto de Renda retido na fonte, incidentes sobre as pessoas físicas, são impossíveis de sonegar. A pessoa jurídica cobra os tributos, mas algumas vezes não os repassa ao governo.

A sonegação acompanha a concentração de renda. Os processos envolvem 3,54 milhões de devedores, mas os chamados grandes devedores

são apenas 18.728. Para dar conta dos 7,48 milhões de processos em tramitação, há só 2.072 procuradores, auxiliados por 1.518 servidores, menos de dois por procurador. O sindicato reivindica o preenchimento urgente dos 328 cargos vagos de procurador da Fazenda Nacional abertos.

Quem tem mais, deve pagar mais, estabelece a Constituição, em um preceito tão desobedecido quanto o do Imposto sobre Grandes Fortunas, à espera de regulamentação. Nesse assunto, o Brasil está na contramão. A partir de 2012, com a piora da economia e da arrecadação, países europeus que haviam concedido desonerações tributárias e cortado gastos, voltaram a aumentar o imposto de renda nas alíquotas mais altas e elevaram os impostos sobre propriedade, diz a professora Lena Lavinas, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

"Aqui, não conseguimos fazer isso porque o IPTU não é arrecadado pela União, mas pelos municípios, então você não mexe na propriedade. Impostos que tratam da concentração da renda, do patrimônio, deveriam estar nas mãos da União. A reforma tributária, segundo algumas visões do Direito, é tratada como uma questão de simplificação. Não é o caso, muito pelo contrário, tem que complexificar mais, dentro de uma estrutura adequada em termos de progressividade, de taxar realmente o patrimônio, os ativos, essa coisa toda."

A estrutura do nosso sistema tributário, diz a professora, "é uma tragédia, regressiva, picada, os impostos não vão para as mãos que deveriam ir. Por que não se consegue repensar o IVA, o ICMS? Porque são dos estados. Impostos e medidas que poderiam favorecer uma progressividade, não se consegue adotar, por conta do nosso caráter federativo."

A sonegação é uma possibilidade aberta para as empresas pela estrutura tributária, conforme mencionado acima, e quando pegadas, são beneficiadas pela discricionariedade das autoridades. Também nesse quesito, o Brasil segue na contramão. Nos Estados Unidos, por exemplo, os próprios políticos tratam de alardear os nomes das empresas flagradas em irregularidades.

Por que o Brasil, não dá publicidade aos nomes dos grandes sonegadores, o que possivelmente contribuiria para desestimular o não recolhimento de tributos e impostos? Segundo Camargo, há divulgação, mas ela não é satisfatória. "Existe um sítio na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional que enseja a consulta dos CNPJs ou CFPs dos devedores, mas sem informar quais são os valores devidos. Não temos uma cultura de transparência no Brasil. Essas restrições são inaceitáveis e nós devemos caminhar para uma maior transparência, com a divulgação dos nomes e respectivos valores devidos."